



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE APENADOS

Thais Cavalcante Leandro¹ Flávio Alves da Silva²

1. Estudante – curso de Psicologia; e-mail: thaacavalcant@gmail.com
2. Professor - UMC; e-mail: flaviosilva@umc.br.

Área de Conhecimento: Psicologia.

Palavras-Chave: Psicologia; Reintegração Social; Ressocialização; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Segundo o DEPEN (2019), o Brasil tem uma população carcerária de 758 mil pessoas, entre homens e mulheres, e destes 233 mil estão no Estado de São Paulo. Sendo assim, afirmar a necessidade de projetos de reintegração efetivos como um esforço de uma rede de profissionais, órgãos, investimentos e implantação de políticas públicas que assegurem a capacitação plena destes sujeitos vigoram como um imperativo de cuidado a um segmento da sociedade. Considerando os fatores sociais pautados por desigualdades, pouco acesso às políticas públicas e sucateamento da educação, que estão intimamente ligados ao aumento de delitos e outros crimes cometidos, pode-se analisar o processo pelo qual se estabelece como o sujeito retorna para a comunidade (MACHADO, 2013). O profissional da reintegração social é, simultaneamente, produtor e articulador do conhecimento científico de sua respectiva área e componente da comunidade que possui e propaga crenças do grupo social acerca do desvio de regras e convenções sociais estabelecidas. Ou seja, o trabalho destes profissionais ocupa uma posição interessante de análise sobre o imaginário social e a operacionalização das leis. Sendo assim, este projeto compreende que a importância desta temática serve à promoção de melhorias na sociedade em geral, bem como propagar os benefícios do fazer profissional na área jurídica para comunidade.

OBJETIVOS

Este estudo teve por objetivo geral compreender alguns aspectos das experiências de profissionais da reintegração social com pessoas em processo de cumprimento de medidas alternativas. Dentre os objetivos específicos, estão: a) identificar as dificuldades pelas quais os profissionais se deparam durante a prática cotidiana; b) descrever como os profissionais atuam na aplicação e acompanhamento das alternativas penais; c) analisar os conflitos que emergem na relação entre profissional e instituição; d) identificar os efeitos do ambiente de trabalho na condição de saúde do profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, de tipologia descritiva e exploratória, utilizando-se do método de História Oral Temática preconizado por Meihy (1991). A pesquisa foi executada através da realização de entrevistas abertas com os profissionais, segundo a questão disparadora: “*Pode me contar sobre suas experiências atuando no processo de ressocialização dos apenados?*”. Sobre a escolha do método, conforme Delgado (2003), dada



a complexidade da atuação dos profissionais esta metodologia seria capaz de elencar diversos aspectos da pluralidade das vivências dos profissionais, bem como a multiplicidade de tempos e processos sociais, políticos e históricos que se associam à experiência única de cada sujeito conferindo veracidade ímpar para cada perspectiva. As entrevistas foram transcritas, textualizadas, transcriadas e cartografadas, o que permitiu a definição de palavras-chave e a construção dos resultados a partir da literatura e das impressões dos pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 03 estagiários de Psicologia, 02 assistentes sociais e 02 psicólogos que atuaram no serviço e identificados pela letra “P”, sendo mantido o sigilo de suas identidades. Uma constante nos relatos se dá através de uma visão macro dos problemas sociais brasileiros que extrapolam as atribuições jurídicas, mas que desembocam na reintegração social: *“o nosso trabalho aqui na central né, ele é basicamente acompanhar o cumprimento de pena né e é claro que esse cumprimento as vezes ele vem com outras demandas né, não só a questão da pena em si, do delito que o... que a pessoa cometeu, ele vem com demandas de saúde, com demandas de educação é... de emprego, moradia”* (P3). No entanto, quando se trata da realidade social imposta pela desigualdade, é comum dizer que o estado de precariedade e exploração social nada mais é que um efeito colateral ou uma tragédia aceitável de que o sistema não pode atender a todos igualmente, contudo, parte vital do projeto econômico e social é a manutenção da lógica de exploração. Sendo assim, como aponta Sawaia (2017) enquanto inclusão perversa, todos têm um papel delimitado dentro da engenhosidade da exclusão, por vezes este papel consiste nas insuficiências e privações que extrapolam o material, envolvendo o homem na relação com o outro e com a comunidade. *“... o que eu percebo aqui na central né é que infelizmente existe uma criminalização mesmo da pobreza né, a gente percebe que o tratamento que é dado pra uma pessoa que tem menos condição social é diferente, então já começa errado por aí né”* (P3). Com a intensificação das repressões de Estado endossadas por um discurso bélico que criminaliza os setores mais pobres, e negros, da sociedade brasileira não é recente ou especialmente associados às figuras do governo atual, mas à configuração da sociedade brasileira desde sua concepção. O passado colonial brasileiro, a violência, a tortura e a lógica escravagista construíram um regime de castas que não sofresse grandes alterações, uma vez que somente atualizou os laços coloniais e manteve as estruturas sociais como sempre foram (FERNANDES, 2015). Como aponta Davis (2020) a prisão demonstra números tão contundentes, pois é o local onde depositamos os sujeitos com os quais não queremos lidar, ela nos livra da responsabilidade e de refletir quais questões levaram sujeitos de comunidades para as prisões, especialmente os produtos do racismo e do capitalismo contemporâneo. Note que há uma somativa dos diversos fatores já explicitados que atuam no ordenamento social, sendo assim, os sistemas punitivos também são fenômenos sociais orientados para conservação de grupos dominantes e suas ideologias adjacentes. O braço penal tem rosto, cor e princípios muito bem claros quanto ao que se pretende defender (BORGES, 2021). Nas palavras de p2 *“O policial... é... segundo o outro rapaz, ainda ele ainda falou “o policial foi agressivo até, no tom e na forma como ele se expressou”, falou “para aí neguinho!” e aí ele correu e o policial atirou e matou, exatamente pelo fato de ser negro”*. Esse exercício de poder ora executado pelas margens, mas que em sua maioria é validado pelas esferas de poder, demonstra um Estado que corrói a si mesmo, na medida em que executa sua própria população em prol de uma moral elitista. Contudo, a realidade dos trabalhadores que executam as políticas públicas de segurança ocupam o outro lado da moeda de um sistema complexo em seu funcionamento, de modo que, o adoecimento desses trabalhadores se coloca como o perfeito sintoma vindo da junção



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



DAVIS, Ângela. **Estarão as prisões obsoletas?** Trad. Marina Vargas. 7 ed. Editora Difel. Rio de Janeiro, 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa:** tempo, memória e identidades. *História oral*, v. 6, p. 9-25, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

MACHADO, Vitor Gonçalves. **Análise sobre a crise do sistema penitenciário e os reflexos do fracasso da pena de prisão.** *Derecho y Cambio Social*, v. 10, n. 33, p. 22, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowá:** história oral de vida. Edições Loyola, 1991.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes Limitada, 2017.

ZGIET, Jamila. **Alienação mental e trabalho alienado:** a moral capitalista na reabilitação psicossocial. 2019.